

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	7
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	8
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	33
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	37

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.000
Preferenciais	0
Total	1.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	644.572	634.342	600.057
1.01	Ativo Circulante	70.526	47.709	50.057
1.01.01	Disponibilidades	1.100	717	300
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	69.381	46.740	49.730
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	69.381	46.740	49.730
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	17	240	21
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17	240	21
1.01.06	Operações de Crédito	28	12	4
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	28	12	4
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	0	0	2
1.01.07.01	Ativos com Partes Relacionadas	0	0	2
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	574.046	586.633	550.000
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	574.046	586.633	550.000
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	574.046	586.633	550.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	644.572	634.342	600.057
2.01	Passivo Circulante	64.686	46.169	49.864
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	19	21	7
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19	21	7
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12	1	9
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12	1	9
2.01.04	Relações Interfinanceiras	63.448	45.149	49.730
2.01.04.02	Debêntures	63.448	45.149	49.730
2.01.05	Relações Interdependências	1.207	998	118
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	1	54
2.01.05.02	Outros	1.207	997	64
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	579.531	587.839	550.000
2.02.01	Depósitos	579.531	587.839	550.000
2.02.01.02	Debêntures	579.531	587.839	550.000
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	355	334	193
2.03.01	Capital Social Realizado	1	1	1
2.03.04	Reservas de Lucros	354	333	192

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	75.924	77.200	50.263
3.01.01	Receita dos recebíveis adquiridos	0	0	149
3.01.02	Receita Financeira	75.924	77.200	50.114
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-73.363	-76.770	-49.730
3.02.01	Despesa Financeira	-73.363	-76.770	-49.730
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	2.561	430	533
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-2.533	-242	-277
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-2.058	-221	-258
3.04.04	Despesas Tributárias	-46	-21	-18
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-429	0	-1
3.05	Resultado Operacional	28	188	256
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	28	188	256
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	28	188	256
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,028	0,188	0,256

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	28	188	256
4.03	Resultado Abrangente do Período	28	188	256

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.014	418	-85
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.433	-196	-128
6.01.01.01	Lucro líquido	28	188	256
6.01.01.02	Atualização do investimento	-75.824	-77.154	-50.114
6.01.01.03	Encargos e variações monetários por emissão de debêntures	73.363	76.770	49.730
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	419	614	43
6.01.02.01	Tributos a compensar	-16	-8	-4
6.01.02.02	Outros ativos	223	-219	-22
6.01.02.03	Fornecedores	-2	14	7
6.01.02.04	Partes relacionadas	-1	-51	54
6.01.02.05	Obrigações fiscais	11	-8	8
6.01.02.06	Obrigações na aquisições de recebíveis	204	886	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	65.770	43.511	-549.616
6.02.01	Dividendos recebidos	65.770	43.511	384
6.02.02	Aquisições de ações	0	0	-550.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-63.373	-43.512	550.000
6.03.02	Obrigações por emissão de debêntures	-63.373	-43.512	550.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	383	417	299
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	717	300	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.100	717	300

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1	0	0	333	0	0	334
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1	0	0	333	0	0	334
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	28	0	28
5.05	Destinações	0	0	0	0	-7	0	-7
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-7	0	-7
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	21	-21	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	21	-21	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	1	0	0	354	0	0	355

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1	0	0	192	0	0	193
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1	0	0	192	0	0	193
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	188	0	188
5.05	Destinações	0	0	0	0	-47	0	-47
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-47	0	-47
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	141	-141	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	141	-141	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	1	0	0	333	0	0	334

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1	0	0	0	0	0	1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1	0	0	0	0	0	1
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	256	0	256
5.05	Destinações	0	0	0	0	-64	0	-64
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-64	0	-64
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	192	-192	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	192	-192	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	1	0	0	192	0	0	193

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	0	0	149
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.487	-221	-259
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-2.487	-221	-259
7.04	Valor Adicionado Bruto	-2.487	-221	-110
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.487	-221	-110
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	75.924	77.200	384
7.07.02	Outros	75.924	77.200	384
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	73.437	76.979	274
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	73.437	76.979	274
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	46	21	18
7.09.02.01	Federais	46	21	18
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	73.363	76.770	0
7.09.03.02	Outras	73.363	76.770	0
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	28	188	256
7.09.04.02	Dividendos	7	47	64
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	21	141	192

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

IFIN

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

IFIN PARTICIPACOES S.A.

CNPJ/MF Nº 40.593.395/0001-06

IFIN

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O DESEMPENHO DA COMPANHIA Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

IFIN Participações

A IFIN Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima constituída em 29 de setembro de 2022 com sede localizada na cidade de São Paulo – SP, sendo a participação e investimento por meio de ações sua principal atividade.

Desempenho operacional

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de investimentos era de R\$ 643,4 milhões (R\$ 633.4milhões em 2022), representando aumento de 1,59% em relação à 31 de dezembro de 2022. Este crescimento é explicado principalmente pela atualização dos valores a receber do investimento CAMASTRA, de acordo com o índice IPCA + 7,60% a.a.

Desempenho Financeiros

Resultado Líquido

Apresentamos um resultado líquido em 31 de dezembro de 2023 de R\$28 mil comparado a um lucro de R\$188 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, redução de 85,2%, a principal causa para essa queda foi o aumento das despesas operacionais para R\$ 2.5 milhões em 2023 (R\$ 242 mil em 2022) devido ao pagamento de honorários às investidoras por coordenação e distribuição.

Resultado Financeiro

- **Receitas Financeiras** em 31 de dezembro de 2023, somaram R\$75,9 milhões (R\$ 77.2_milhões em 2022), registrando redução de 2% em relação ao montante registrado no mesmo período de 2022. variação negativa principalmente relacionada a redução dos índices oficiais de inflação, como IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo observados no exercício de 2023 em relação à 2022.

Despesas Financeiras em 31 de dezembro de 2023, somaram R\$73,3 milhões (R\$ 76.7 milhões em 2022), registrando redução de 4% em relação ao montante registrado no mesmo período de 2022. Este resultado decorre da variação observada no IPCA no comparativo anual, conforme mencionado anteriormente.

IFIN

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2023, somaram R\$ 2.561 milhões (R\$ 430 mil em 2022), registrando aumento de 496% em relação ao montante registrado no mesmo período de 2022. Esse aumento significativo se refere ao aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa aplicados no exercício de 2023 comparado com o exercício de 2022.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas acumuladas em 31 de dezembro de 2023 somaram R\$ 2,5 milhões (R\$ 221 mil em 2022), um acréscimo de 831% em relação ao mesmo exercício de 2022. O principal fator para esse aumento foi o crescimento das despesas com coordenação e distribuição calculados em função do montante recebido na distribuição de lucros pela Companhia.

Destaque Patrimonial

Ativo Total

- **Ativos circulante** somaram R\$ 70.5 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 47.7 milhões em 2022), crescimento de 47,83% em comparação a 31 de dezembro de 2022.
- **Ativos não circulante** somaram R\$ 574 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 586,6 milhões em 2022), redução de 2,15% em comparação a 31 de dezembro de 2022.
- **Ativo total** somaram R\$ 644,5 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 634,3 milhões em 2022), crescimento de 1,61% em comparação a 31 de dezembro de 2022.

Os principais pontos de aumento e redução patrimonial são decorrentes da atualização dos valores a receber relativos ao investimento CAMASTRA e foram recebidos o montante de R\$ 65.770 milhões referente aos dividendos pagos pela Camastra, cujos recursos foram utilizados para recomposição do fundo de reserva, pagamento de comissão e para amortização e liquidação parcial da remuneração das debêntures emitidas pela Companhia.

Passivo

- **Passivos circulante** somaram R\$ 64.6 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 46.1 milhões em 2022), crescimento de 40,11% em comparação a 31 de dezembro de 2022.
- **Passivos não circulante** somaram R\$ 579,5 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 587,8 milhões em 2022), redução de 1,41% em comparação a 31 de dezembro de 2022.
- **Passivo total** somaram R\$ 644,5 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 634,3 milhões em 2022), crescimento de 1,61% em comparação a 31 de dezembro de 2022.

IFIN

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os principais pontos de aumento e redução patrimonial são amortização das debentures no montante de R\$ 63.448 milhões e movimentações decorrentes da atualização monetária e juros incorridos sobre as debêntures emitidas.

Outras informações

Relacionamento com auditores independentes

A partir do exercício 2022 a **BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda.**, passou a realizar os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras da companhia.

Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a IFIN, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, junto à empresa BDO RCS Auditores Independentes, ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente.

Os elementos acima descritos permitem à Virgo, tendo por base as suas iniciativas e as de outras entidades interessadas na consolidação do mercado secundário de recebíveis imobiliários e do agronegócio, observar com otimismo, apesar das incertezas e das dificuldades conjunturais, a evolução de suas operações no decorrer do presente e dos próximos exercícios.

Notas Explicativas**IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.**
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

1. Informações gerais e contexto operacional

A IFIN Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em Assembleia de 29 de setembro de 2020 sob a antiga denominação de IFIN Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP.

A Companhia, constituída com prazo de duração indeterminado, tem como principais atividades: (a) a participação e investimento, por meio da aquisição de ações preferenciais, na CAMASTRA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, Sala 14, Edifício Plaza São Lourenço, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, inscrita no CNPJ sob nº 39.744.262/0001-04 e (b) a participação e investimento, de forma indireta, por meio de debêntures, em concessionárias de serviço público de saneamento básico.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de junho de 2021, os acionistas da Companhia deliberaram pela realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real no valor de R\$ 550.000, os quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

A garantia real decorre de os recursos provenientes da 1ª emissão das debêntures terem sido utilizados para aquisição de debêntures emitidas pela AEGEA Saneamento e Participações S.A., que posteriormente foram substituídas, em sua totalidade, por ações preferenciais de emissão da CAMASTRA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A., detidas pela Companhia e descritas no seu objeto social, acima.

Os resultados esperados, principalmente os de prestação de serviços vinculados a esta operação serão prestados e realizados em empresa coligada, e estão descritos nas notas explicativas nº 5, 6 e 7 - transações com partes relacionadas.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, incluindo os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais estão consistentes e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas Explicativas**IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.**
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2. Bases de apresentação**2.2.1. Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações financeiras, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de reais mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.3. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

2.2.4. Consolidação das demonstrações financeiras

A Companhia não elabora demonstrações financeiras consolidadas com o investimento na CAMASTRA, em função de não ter participação societária significativa e nem influência na administração da investida, não possuir representantes nos órgãos de administração nem participar de reuniões do conselho de administração, não possuir ações com direito a voto, nem participar das definições de estratégias de negócios, bem como não influencia a política de distribuição de resultados, excetuando os dividendos obrigatórios e acordo de acionistas firmado entre as partes.

Notas Explicativas IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)**

2.2.5. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, individuais, teve autorização pela administração em 26 de março de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.2. Instrumentos financeiros**3.2.1. Ativos financeiros não derivativos****Ativos financeiros**

São ativos financeiros com fluxos de recebimentos calculáveis que não são cotados no mercado ativo, particularmente as ações adquiridas como investimento descritas no objeto social da Companhia e mencionadas nas notas explicativas nºs 1 e 5. Tais ativos foram reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, o investimento é mensurado mensalmente pela metodologia prevista no acordo de acionistas, com indexação à variação do índice IPCA, acrescida de um spread inicial, e sua variação reconhecida como receita financeira do exercício.

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros avaliados a valor justo, nem por meio do resultado, nem por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros registrados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter tais investimentos com a finalidade de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas Explicativas IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)**

São classificados nesta categoria as aplicações relativas ao fundo de reserva da operação de emissão de debêntures.

Ativos financeiros desreconhecidos

A Companhia deixa de reconhecer ativos financeiros quando estes reúnem as três condições previstas no CPC 48, que são:

- a. Quando a Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados.
- b. Quando à Companhia é vedada de vender ou oferecer em garantia o ativo original que se encontra em garantia real da emissão do passivo subjacente, exceto aos próprios detentores dos direitos aos quais há a obrigação de lhes pagar fluxos de caixa.
- c. Quando a Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o período em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma conta pré-determinada, desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos credores, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade, sendo que os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõe o montante de recursos a serem repassados aos credores.

3.2.2. Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável; e
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - ✓ O valor da provisão para perdas; e
 - ✓ O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios do CPC 47;

Notas Explicativas IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)**

- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - ✓ O valor da provisão para perdas; e
 - ✓ O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida;

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”, Contratos de Garantia” e “Compromissos de conceder empréstimos”, os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

3.3. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.4. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração, ao elaborar suas demonstrações financeiras, efetua a distinção entre:

- Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos;

Notas Explicativas IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)**

- Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação;
- Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras da Companhia incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada, ou seja, que apresente perda provável. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, ou seja, que apresentem perda possível não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgadas em notas explicativas.

3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O Imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$240 no ano, e a contribuição social de 9% sobre o lucro tributável. Consideram ainda a limitação de 30% do lucro real para a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O ativo de imposto de renda e contribuição social diferido, quando aplicável, é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicável, são revisados a cada data de relatório e são reduzidos pela sua utilização ou na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.6. Resultado

As receitas e as despesas, quando apresentadas, são reconhecidas pelo regime de competência.

Notas Explicativas IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)**

Receita operacional:

A receita operacional da Companhia é formada pelo montante de juros, deságios/ágios e atualização monetária sobre o investimento principal em ações mencionadas na nota explicativa nº1, calculados pelo resultado referencial previsto na operação, e pelo resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários.

As receitas de contratos com clientes, se houver, estabelecem um modelo que evidência se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas:

- i) A identificação do contrato com o cliente;
- ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- iii) A determinação do preço da transação;
- iv) A alocação do preço da transação; e
- v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes.

Deste modo, o momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais das operações contratadas e/ou dos respectivos instrumentos de debêntures para os quais oferecem alienação fiduciária. Em condições normais, a transferência dos riscos e benefícios se dá na emissão das Debêntures para as quais a Companhia não oferece qualquer garantia de retorno aos investidores. Nessa oportunidade, exceto pelas receitas operacionais que ainda serão auferidas pela Companhia ao longo do prazo da operação, as receitas já auferidas são reconhecidas e o respectivo caixa transferido.

Resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários:

As receitas abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

Quando aplicável, as despesas abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros:

Notas Explicativas IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)**

Despesas operacionais

A despesa operacional da Companhia é formada pelo montante de juros, ágios/deságios e atualização monetária apuradas na emissão de debêntures, bem como demais despesas vinculadas diretamente à emissão desses instrumentos de dívida.

Essas despesas são reconhecidas na Companhia quando existe evidência convincente: (i) de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à titularidade dos créditos foram transferidos para os investidores; (ii) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos de emissões puderem ser mensurados de maneira confiável; e (iii) de que o valor da despesa operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que ganhos adicionais serão oferecidos aos investidores e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o ganho é reconhecido como uma elevação da despesa operacional conforme as demais despesas vinculadas às emissões sejam reconhecidas.

3.7. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado dividindo-se o lucro/prejuízo do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

3.8. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.9. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Notas Explicativas

IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

3.10. Novas normas e interpretações

As normas ou alterações de normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Não foram emitidas novas normas ou interpretações que poderiam trazer impactos significativos sobre as demonstrações financeiras a Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em conta corrente	11	11
Aplicações automáticas em conta corrente	1.089	706
Total do investimento	1.100	717

5. Investimentos ao custo amortizado

Refere-se a 550.000 ações preferenciais da companhia CAMASTRA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A., adquiridas com a finalidade de investimento, conforme previsto nos objetivos sociais da Companhia, atualizadas pela variação do índice IPCA, acrescido da taxa de 7,60% a.a., conforme metodologia prevista no acordo de acionistas, que trata da distribuição de dividendos a que tem direito a Companhia como investidora, rendimentos estes que deverão suprir a atualização das debêntures emitidas, bem como as despesas necessárias para a manutenção da Companhia.

As ações adquiridas, bem como os riscos e benefícios associados, estão vinculadas às debêntures emitidas (nota nº 6), em face de alienação em regime fiduciário em favor dos debenturistas.

	31/12/2023	31/12/2022
Rendas a receber de investimento	69.381	46.740
Saldo Circulante	69.381	46.740
550.000 Ações CAMASTRA Participações e Administração S.A.	550	550
Ágio na subscrição de ações	549.450	549.450
Rendas acumuladas a receber do investimento	24.046	36.633
Saldo não circulante	574.046	586.633
Total do investimento	643.427	633.373

Notas Explicativas IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

Movimentações do exercício:

	31/12/2023	31/12/2022
Investimento ao valor de custo	550.000	550.000
Rendas a receber no início do exercício	83.373	49.730
Saldo do investimento no início do exercício	633.373	599.730
Dividendos recebidos no exercício	(65.770)	(43.511)
Receitas financeiras do exercício (Nota explicativa n° 13)	75.824	77.154
Saldo no final do exercício	643.427	633.373

Os valores recebidos têm como destinação o pagamento das debêntures, o que exceder ao pagamento será retido para pagamento de obrigações, recomposição e liquidações futuras.

O fluxo de recebimento dos dividendos deverá respeitar o fluxo previsto nos termos iniciais da operação, conforme abaixo:

	Valor em 31/12/2023	Valor em 31/12/2022
Data da amortização		
Até 1 ano	69.381	46.740
Total circulante	69.381	46.740
Acima de 1 até 2 anos	28.702	29.332
Acima de 2 até 3 anos	54.534	55.730
Acima de 3 até 4 anos	73.621	75.236
Acima de 4 até 5 anos	83.438	85.267
Acima de 5 até 6 anos	83.438	85.267
Acima de 6 até 7 anos	75.094	76.740
Acima de 7 até 8 anos	70.088	71.624
Acima de 8 até 9 anos	52.566	53.718
Acima de 9 até 10 anos	52.565	53.718
Acima de 10 até 11 anos	-	29.332
Total não circulante	574.046	586.633
Ativo Total	643.427	633.373

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram recebidos o montante de R\$ 65.770 referente aos dividendos pagos pela Camastra (R\$ 43.512 em 2022), cujos recursos foram utilizados para recomposição do fundo de reserva, pagamento de comissão e para amortização e liquidação parcial da remuneração das debêntures emitidas pela Companhia.

Os rendimentos previstos e recebidos, além do valor principal do investimento, serão utilizados para liquidação das debêntures emitidas. Não havendo tais recebimentos, o vencimento das debêntures será automaticamente postergado até que haja a liquidação financeira desses ativos, ou então estes ativos serão utilizados para liquidação das debêntures pelo seu valor de registro contábil.

Notas Explicativas IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)**

Conforme acordo de acionistas, poderá ser requerido à Companhia realizar a venda destas ações aos demais acionistas da investida, cujo preço de referência será determinado pelo total investido inicial, acrescido das taxas de referência utilizadas para sua atualização, prêmio e spread adicional, a ser apurado, devendo esta operação ser utilizada para liquidação das debêntures, não cabendo ao debenturista eventuais diferenças nos valores apurados, sendo o valor das ações como sendo justos para sua liquidação.

6. Debêntures emitidas

Refere-se à primeira emissão de 550.000 debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, com garantia real das ações mencionadas na nota explicativa 5, no montante total inicial de R\$ 550.000, sobre as quais incidem a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), acrescidos de juros de 7,60% a.a., calculados desde a data de emissão, e com prazo final em 15 de setembro de 2033.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

Os prazos de amortização definidos na escritura de debêntures iniciam-se em 14 de junho de 2024 e se encerram em 14 de junho de 2033, obedecendo o cronograma estabelecido no acordo de acionistas, nas seguintes proporções em relação ao saldo devedor:

	Valor em 31/12/2023	Valor em 31/12/2022
Data da amortização		
Até 1 ano	63.448	45.149
Total circulante	63.448	45.149
Acima de 1 até 2 anos	28.477	14.696
Acima de 2 até 3 anos	55.105	28.657
Acima de 3 até 4 anos	74.392	54.449
Acima de 4 até 5 anos	84.311	73.506
Acima de 5 até 6 anos	84.312	83.306
Acima de 6 até 7 anos	75.880	83.306
Acima de 7 até 8 anos	70.822	74.976
Acima de 8 até 9 anos	53.116	69.977
Acima de 9 até 10 anos	53.116	52.483
Acima de 10 até 11 anos	-	52.483
Total não circulante	579.531	587.839
Passivo Total	642.979	632.988

Movimentação das debêntures no exercício

	31/12/2023	31/12/2022
Emissão de debêntures - início do exercício	550.000	550.000
Rendimentos a pagar no início do exercício	82.988	49.730
Saldo do investimento no início do exercício	632.988	599.730
Juros pagos no exercício	(63.373)	(43.512)
Receitas financeiras do exercício	73.363	76.770
Saldo no final do exercício	642.979	632.988

Os recursos para o pagamento das debêntures decorrerão do fluxo de pagamento, decorrente da propriedade, alienação e percepção de rendimentos derivados das Ações Preferenciais mencionadas na Nota Explicativa nº 5, que constituem garantia real da emissão, cuja alocação observará a seguinte ordem:

- (i) composição e/ou recomposição, conforme o caso, do Fundo de Despesas;
- (ii) pagamento de despesas ou custos de gestão e/ou manutenção da Emissora, inclusive os derivados da propriedade, alienação e percepção de rendimentos derivados das Ações Preferenciais, se aplicável;
- (iii) pagamento das obrigações financeiras assumidas pela Emissora; e
- (iv) pagamento de obrigações derivadas do Contrato de Distribuição a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora.

Os juros e atualização monetária da emissão são liquidados anualmente, em até 1 dia útil contado da disponibilidade dos recursos advindos da remuneração referencial das ações em favor da Companhia, calculados conforme Nota Explicativa nº 5, pelos valores incorridos no período.

Notas Explicativas

IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

A liquidação antecipada das debêntures terá como liquidação a entrega das ações da CAMASTRA em dação de pagamento utilizando seu valor justo, não cabendo ao debenturista eventuais diferenças nos valores apurados, sendo o valor das ações como sendo justos para sua liquidação.

7. Transações com partes relacionadas

A Administração considera como partes relacionadas quaisquer pessoas jurídicas vinculadas aos sócios e ao pessoal chave da administração, além destes na pessoa física. Na data das demonstrações financeiras não houve resultados entre a Companhia e quaisquer empresas ou pessoas ligadas, e as seguintes operações estavam registradas nos ativos e passivos da Companhia:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos	-	-
Valores a ressarcir de empresa ligada	-	-
Passivos	-	1
Valores a reembolsar a empresa ligada	-	1

Conforme descrito na nota explicativa 1, a operação principal prevê que a gestão ficaria a cargo da coligada Virgo Companhia de Securitização para a gestão da operação decorrente do seu objeto social, o que correspondeu ao repasse do montante de R\$ 220 (R\$ 205 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$ 219 (R\$ 89 em 31 de dezembro de 2022) transitaram por despesa da Companhia, registrados na rubrica “despesas com partes relacionadas”.

O investimento principal da Companhia na CAMASTRA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A. não concede influência da Companhia sobre sua gestão, não dá direito de voto, não compõe o mesmo grupo econômico, não é entidade controlada ou controlada em conjunto por qualquer entidade membro do grupo econômico, não se encontram sob controle comum de uma terceira entidade ou pessoas ligadas ao controlador.

A despeito deste fato, nenhuma transação foi realizada entre a Companhia e a Investida durante o período, que não fosse o fluxo de dividendos recebidos no período, que totalizaram R\$ 65.770 no período findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 43.512 em 2022).

Notas Explicativas IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)**

8. Fundo de despesas

Refere-se a valores retidos para compor o fundo de despesas previsto na escritura de debêntures, e serve para garantir o cumprimento das obrigações vinculadas a (ii) pagamento de despesas ou custos de gestão e/ou manutenção da Emissora, inclusive os derivados da propriedade, alienação e percepção de rendimentos derivados das Ações Preferenciais, se aplicável; (iii) pagamento das obrigações financeiras assumidas pela Emissora; e (iv) pagamento de obrigações derivadas do Contrato de Distribuição a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora, no montante de R\$ 1.089 (R\$ 886 em 31 de dezembro de 2022).

9. Patrimônio líquido**9.1. Capital social**

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 1, divididos em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

9.2. Destinação do resultado

A reserva legal é constituída na forma estabelecida na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, e no Estatuto Social da Companhia, respeitando o percentual mínimo de 5% do lucro do líquido e o percentual máximo de 20% do capital social da Companhia.

A reserva legal constituída no primeiro exercício social atingiu o limite descrito no parágrafo acima, não sendo constituídas novas reservas.

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 7 (R\$ 47 em 2022).

O saldo de lucro remanescente relativo ao exercício de 2023, após o provisionamento do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 21, foi destinado à retenção de lucros posteriormente podendo ser distribuídos como dividendos conforme liquidez dos investimentos.

10. Resultado por ação

O resultado do período findo em 31 de dezembro de 2023, um lucro de R\$ 28 (lucro de R\$ 188 em 2022), dividido pela média ponderada das ações no mesmo período, que é de 1.000 ações, representou um lucro de R\$ 0,028 por ação (lucro de R\$ 0,188 em 2022).

Notas Explicativas IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

11. Despesas administrativas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Publicações		5
Serviços do sistema financeiro	117	103
Serviços técnicos - partes relacionadas (nota 7)	220	89
Serviços técnicos especializados	160	24
Coordenação de Distribuição Pública (i)	1.561	-
Total	2.058	221

(i) Honorários às investidoras referente coordenação e distribuição.

12. Outras despesas operacionais

Durante o exercício houve baixas e constituições referente a despesas reembolsáveis e fundos de despesas que movimentaram a linha de despesas operacionais no montante de R\$ 429 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2022).

13. Resultado financeiro

As receitas financeiras são constituídas, principalmente, pelo reconhecimento dos valores a receber relativos ao investimento CAMASTRA, conforme metodologia descrita na Nota Explicativa nº 5, no montante de R\$ 75.824 (R\$ 77.200 em 2022), e por R\$ 100 em rendas de aplicações financeiras (R\$ 22 em 2022).

As despesas financeiras totalizaram R\$ 73.363 (R\$ 76.770 em 2022), constituídas de atualização monetária e juros incorridos sobre as debêntures emitidas, conforme descritas na Nota Explicativa nº 6.

14. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido**a) Demonstração do cálculo do Imposto de renda e Contribuição Social**

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	28	188
Adições		
Receitas de investimentos recebidos no exercício	65.770	43.511
Exclusões		
Provisões dedutíveis no exercício	(75.824)	(77.154)
Base de cálculo (prejuízo fiscal)	(9.966)	(33.455)
IRPJ - Alíquota de 25%	-	-
CSLL - Alíquota de 9%	-	-
Imposto de renda e contribuição social do período	-	-

Notas Explicativas IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)**

15. Remuneração dos administradores

Não houve remuneração a administradores no curso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

16. Gerenciamento de riscos**Visão geral**

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais serão incluídas tão logo sejam realizadas operações decorrentes de seu objeto social.

Especificamente quanto aos ativos com liquidez, estes são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições de primeira linha e consideradas como expostas abaixo risco de crédito. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de resgate automático, para cobertura das obrigações assumidas.

No modelo de operações da Companhia, não há hipótese de descasamento de fluxo financeiro.

Estrutura do gerenciamento do risco

A Administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1ª) prospecção de negócios; (2ª) análise da proposta; (3ª) avaliação dos riscos operacionais; (4ª) negociação das condições comerciais; (5ª) identificação da disponibilidade de recursos a captar em debêntures; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6ª) a efetivação do negócio.

Como resultado, alguns riscos inerentes à atividade da Companhia, não são identificados nas operações e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

- a) **Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é anulado em face da compatibilidade entre os investimentos realizados e a emissão de debêntures para o financiamento daqueles, uma vez que se utilizam de garantias entre si de fluxo de caixa e retorno, amparadas em acordo de acionistas. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades estão concentradas em aplicações de renda fixa de liquidez diária e tem seus saldos ajustados a valor de mercado.

Notas Explicativas IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)**

- b) **Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco o investimento realizado é co-dependente da emissão de dívida por meio das debêntures, sendo que os fluxos de caixa proveniente dos investimentos estão plenamente compatíveis com o fluxo de caixa esperado para a amortização da dívida, sem riscos associados à Companhia. Qualquer situação que possa envolver insolvência no investimento, os efeitos serão transferidos aos debenturistas investidores, conforme os termos da escritura de debêntures. O risco de crédito dos ativos de liquidez é minimizado em função do baixo risco de insolvência da instituição financeira depositária dos valores.
- c) **Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de caixa entre o investimento principal e a alavancagem na emissão de debêntures. Para as despesas correntes, as reservas disponíveis são consideradas suficientes.
- d) **Pré-pagamentos** - O risco derivado de eventuais pré-pagamentos advindos do investimento principal, incomum em operações desta natureza, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos (debêntures) que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações recebidas.
- e) **Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento dos investimentos e captações de recursos, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática, são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações.

Gestão do capital

A política da Administração considera a manutenção da base de capital necessária para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

Notas Explicativas**IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.**
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

Análise de sensibilidade

Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

17. Serviços prestados pelo auditor

Em atendimento às normas da CVM, a Companhia não contratou e nem teve serviços prestados pela empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. relacionados a esta Companhia, que não o serviço de exame das demonstrações financeiras.

18. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após 31 de dezembro de 2023 até a aprovação das demonstrações financeiras que requeressem ajustes ou divulgação.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023
IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
IFIN Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da IFIN Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IFIN Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito nas notas explicativas nos 1 e 7 às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém operações e transações com partes relacionadas. Caso estas operações fossem realizadas com terceiros ou partes independentes, os resultados alcançados poderiam ser diferentes daqueles apresentados naquelas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimento e debentures

Conforme descrito nas notas explicativas nos 3.2, 5 e 6, a Companhia possui investimento em ações preferenciais nominativas adquiridas nas condições estabelecidas no acordo de acionistas e que foram dadas em garantia das debentures emitidas. Este investimento é considerado um investimento-chave para o atingimento de rendimentos que deverão suprir a atualização e liquidação das debêntures emitidas, operações estas sujeitas a atualizações conforme premissas definidas no acordo de acionistas e escritura das debentures, sendo relevante a confirmação da titularidade destas ações e sua valorização pelo custo amortizado. Devido a relevância destes assuntos e suas respectivas naturezas, consideramos estes como sendo os principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria para abordar o risco de existência, titularidade e valorização do investimento e das debentures incluíram, entre outros:

- ? Leitura e análise do acordo de acionistas e Escritura das debentures para avaliação das premissas utilizadas para sua classificação e precificação;
- ? Verificação da acuracidade matemática dos cálculos, com seu recálculo, e adequado reconhecimento e registro das receitas e despesas oriundas destas transações;
- ? Comparação da posição financeira com a resposta de confirmação externa do investimento e das debentures, conferindo sua titularidade;
- ? Verificação dos recebimentos e liquidações ocorridas no exercício; e
- ? Avaliação das divulgações em notas explicativas incluídas no contexto das demonstrações financeiras.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar os registros contábeis e as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

? Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

? Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

? Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

? Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

? Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Revisamos o presente relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da IFIN PARTICIPAÇÕES S.A. e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais informações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos exercícios apresentados.

SÃO PAULO, 27 DE MARÇO DE 2024

Daniel Magalhães
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Lucas Gerard Rodrigues
DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados da revisão, concordamos com as conclusões expressas no relatório elaborado pela BDO RCS Auditores Independentes SS, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sem que exista qualquer discordância quanto a essas conclusões.

SÃO PAULO, 27 DE MARÇO DE 2024

Daniel Magalhães
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Lucas Gerard Rodrigues
DIRETOR